



Sindicato dos Lojistas do Comércio do Recife
Rua do Riachuelo, 105 Ed. Círculo Católico Sala 102
Recife - PE Telefone: (81) 3221.0366

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - 2008



Pelo presente instrumento particular de Convenção Coletiva de Trabalho celebrada, entre partes, de um lado, representando a categoria profissional, o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO RECIFE, com CNPJ nº 10.909.240/0001-67, neste ato representado por seu Diretor Presidente o Sr. Severino Ramos de Santana, inscrito no CPF sob o nº 084.033.174-68, neste ato designado simplesmente de SINDICATO PROFISSIONAL, e, do outro lado, representando as categorias econômicas do comércio do Recife, os seguintes órgãos de classe: SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DO RECIFE, com CNPJ nº 08.142.747/0001-96, situado na Rua do Riachuelo, nº 105, sala 101, Boa Vista, Recife, PE, neste ato representado por seu Diretor Presidente o Sr. Frederico Penna Leal, inscrito no CPF sob o nº 141.357.954-04; SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS DE PERNAMBUCO, com CNPJ nº 24.568.081/0001-99, situado na Rua do Livramento, nº 87, São José, Recife, PE, neste ato representado por seu Presidente o Sr. Marcos Antônio Barbosa, inscrito no CPF sob o nº 016.685.524-34; SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO E APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS DO RECIFE, com CNPJ nº 08.142.739/0001-40, situado na Rua do Riachuelo, nº 105, sala 102, Boa Vista, Recife, PE, neste ato representado por seu Presidente o Sr. José Stélio Soares, inscrito no CPF sob o nº 003.877.894-72; SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, com CNPJ nº 24.392.409/0001-69, situado na Rua Couto Magalhães, nº 585, Rosarinho, Recife, PE, neste ato representado por seu Presidente o Sr. José Cláudio Soares, inscrito no CPF sob o nº 011.896.709-68; SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MAQUINISMO, FERRAGENS E TINTAS DE PERNAMBUCO, com CNPJ nº 08.143.331/0001-92, situado na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 2.785, sala 05, Imbiribeira, Recife, PE, neste ato representado por seu Presidente o Sr. Celso Jordão Cavalcanti, inscrito no CPF sob o nº 138.593.074-87;; SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE DROGAS E MEDICAMENTOS DO RECIFE, com CNPJ nº 11.014.933/0001-54, situado na Avenida Caxangá, nº 365, sala 102, Madalena, Recife, PE, neste ato representado por seu Presidente o Sr. Jorge Alexandre Soares da Silva, inscrito no CPF sob o nº 585.714.504-04; aqui denominados simplesmente de SINDICATOS PATRONAIS, todos devidamente autorizados por suas respectivas Assembléias Gerais, nos termos do artigo 612 da Consolidação das Leis do Trabalho, fica justo e acordado o presente negócio jurídico, regido pelas cláusulas, termos e condições que se seguem:

CLÁUSULA 1ª - VIGÊNCIA: A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 12 (doze) meses, de 1º (primeiro) de julho de 2008 a 30 (trinta) de junho de 2009;

CLÁUSULA 2ª - ABRANGÊNCIA: A presente Convenção Coletiva Trabalho abrange todo o segmento profissional dos empregados comerciais do Recife, em virtude do princípio da unicidade da categoria.

CLÁUSULA 3ª - DO FORNECIMENTO GRATUITO DE UNIFORME: As empresas que exigirem dos seus empregados o uso de uniforme de trabalho e/ou vestimenta padronizada para o trabalho, independentemente de existir ou não a impressão de logomarca e/ou outros dizeres que identifiquem o empregador, deverão fornecê-los

sem ônus para seus empregados, devendo este devolvê-los quando do término do contrato de trabalho, no estado em que os mesmos se encontrarem por ocasião da rescisão contratual.

CLÁUSULA 4ª - LICENÇA MÉDICA: É vedada anotação de licença médica na CTPS, quando inferior a 15 (quinze) dias, bastando, em tal período de licença, tão-somente, a exibição dos atestados médicos e odontológicos passados por profissionais legalmente habilitados, observadas as formalidades legais.

CLÁUSULA 5ª - COMPROVANTES DE PAGAMENTOS: Os EMPREGADORES fornecerão aos seus empregados comprovantes de pagamentos de remuneração, em formulários, contendo identificação do empregador (timbre, carimbo e outros), nome e função do empregado, indicando, detalhadamente, as importâncias pagas, descontos efetivados e montante de contribuições recolhidas ao FGTS e ao INSS.

CLÁUSULA 6ª - CARTA DE INFORMAÇÕES: Os EMPREGADORES fornecerão, no ato da demissão, "Carta de Informações", inclusive mencionando período de trabalho e funções exercidas, abonando a conduta do empregado, nos casos de dispensa sem justa causa.

CLÁUSULA 7ª - EFETIVO EXERCÍCIO: Considera-se como de efetiva prestação de serviços o tempo em que o empregado permanecer à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens.

CLÁUSULA 8ª - MENSALIDADE ASSOCIATIVA: - Os EMPREGADORES, mensalmente, descontarão, sob o título de mensalidade associativa, em favor do SINDICATO PROFISSIONAL, de todos os seus empregados sindicalizados, a importância que houver sido fixada em Assembléia Geral, conforme divulgado pelo SINDICATO PROFISSIONAL, e autorizada pelo trabalhador, recolhendo até o 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente, na Tesouraria do SINDICATO PROFISSIONAL, sob pena de, não o fazendo, arcar com a multa de 5% (cinco por cento).

PARÁGRAFO ÚNICO:

Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, além de multa de 5% (cinco por cento), correrão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor do principal.

CLÁUSULA 9ª - FORMALIZAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL: Os EMPREGADORES, ao dispensarem seus empregados com 01 (um) ou mais anos de serviços, farão, preferencialmente, a homologação da rescisão contratual no SINDICATO PROFISSIONAL, agendando, através de petição escrita, no referido SINDICATO PROFISSIONAL, no prazo máximo de 03 (três) dias antes do término dos prazos previstos no § 6º do art. 477 da CLT, a data do efetivo pagamento das verbas rescisórias, na sede do referido SINDICATO PROFISSIONAL, obrigando-se a, no ato da homologação, apresentar a documentação necessária (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho; guias do Seguro-Desemprego; extrato de conta do FGTS, inclusive comprovante do depósito da multa de 40% sobre o FGTS; Carta de Informação; carta de pedido de demissão do empregado ou carta de comunicação de aviso prévio; e entrega aos empregados, quando por eles solicitados e no prazo de 30 (trinta) dias, de informações sobre atividades insalubres ou perigosas, preenchendo o formulário DSS 8030, antigo SB-40, e de informações sobre os últimos 36 (trinta e seis) salários, preenchendo o formulário "Relação dos Salários de Contribuição" do INSS e, ainda, o formulário "Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP", quando se tratar de trabalho em atividade insalubre, perigosa ou especial, e exame demissional.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica facultado aos empregadores apresentar ao SINDICATO PROFISSIONAL, no prazo indicado no "caput" desta cláusula, os documentos ali referidos.

CLÁUSULA 10ª - DESCONTOS INDEVIDOS: Proíbe-se o desconto no salário do empregado dos valores dos cheques não compensados ou sem fundos e cartões de crédito, salvo se não cumpridas as normas e regulamentos do EMPREGADOR.

CLÁUSULA 11ª - CTPS - ADMISSÃO E DEMISSÃO: Os EMPREGADORES se obrigam a proceder à anotação na CTPS do empregado admitido ou dispensado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da admissão ou demissão, prazo este improrrogável ou, no mesmo prazo, a comunicar ao SINDICATO PROFISSIONAL o motivo de não fazê-lo.

CLÁUSULA 12ª - AUXÍLIO-FUNERAL: Os EMPREGADORES pagarão aos dependentes de seus empregados, conforme o caso, por ocasião do falecimento do referido empregado, o auxílio-funeral no valor equivalente a 01 (um) SALÁRIO NORMATIVO ADMISSIONAL, previsto na CLÁUSULA 40ª desta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA 13ª - GARANTIA AO EMPREGO DA GESTANTE: - Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez, até 180 (cento e oitenta) dias após o parto.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nas hipóteses de rescisões contratuais de empregadas em estado de gestação, a gestante deverá comunicar e comprovar, por escrito, o seu estado gravídico ao EMPREGADOR, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de rescisão do contrato, sob pena de preclusão do seu direito às repercussões pecuniárias resultantes da garantia constitucional prevista no artigo 10, inciso II, alínea B, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e da garantia prevista no "caput" desta cláusula.

CLÁUSULA 14ª - FREQUÊNCIA DO DIRIGENTE SINDICAL: Assegura-se a frequência livre dos dirigentes sindicais, para atenderem à realização de assembleias, congressos e seminários ou cursos pertinentes aos dirigentes e reuniões sindicais devidamente convocadas pelo diretor presidente do SINDICATO PROFISSIONAL com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência e comprovadas, ficando esclarecido que a participação nos mencionados eventos, por parte dos dirigentes não liberados integralmente, será limitada a 01 (um) Congresso e a 02 (dois) seminários ou cursos por ano, e a 01 (um) expediente por semana para reuniões de diretoria, sempre sem prejuízo da remuneração.

PARÁGRAFO 1º: Será assegurada a liberação remunerada do dirigente para que este participe das negociações coletivas da próxima data-base, a partir do edital da assembleia, mediante a comprovação de sua participação.

PARÁGRAFO 2º: Ao dirigente, nas suas liberações ora pactuadas, e em sendo ele comissionista, será assegurada a sua remuneração pela média de comissões da semana.

CLÁUSULA 15ª - JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: Serão justificadas as faltas do empregado, sem pagamento da remuneração, mas sem computar para fins de DSR, férias e 13º salário, sem discriminação de sexo, quando comprovado que decorreram de prestação de socorro, acompanhamento de filhos, cônjuges, genitores, sogros ou sogras para atendimento médico-hospitalar.

CLAUSULA 16ª - ESTABILIDADE DA COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO: Assegura-se a estabilidade provisória, por um ano, para os membros da Comissão de Negociação Salarial, em número de 12 (doze), desde que tenham sido eleitos em assembléias para tal fim e figurem da relação abaixo.

Comissão de Negociação:

- Edmundo José de Araújo (ESPLANADA)
- Washington Aquino de Miranda (CASAS JOSÉ ARAÚJO)
- Manoel Augusto da S. Filho (MAKRO)
- Sérgio Gomes de Santana (EXÓTICA)
- Claudete Gomes da Silva (LOJAS MARISA)
- José Severino de Moura (ESPOSENDE)
- Severino Ramos de Santana (TECIDOS CARDOSO S/A)
- Lenilson Bernardino Sena (ESPOSENDE)
- Edilson Raimundo da Silva (LOJAS ARAPUÁ)

PARÁGRAFO ÚNICO: Para a formação da Comissão de Negociação referente à negociação coletiva da próxima data-base em 2009, fica facultada a recondução dos atuais nomes, limitando-se, porém, o total dos componentes da comissão a 12 (doze) nomes e a, no máximo, 01 (um) empregado por empresa, excetuados apenas os casos de recondução, que admitirão 02 (dois) empregados por empresa.

CLÁUSULA 17ª - PRIMEIRA PARCELA DO 13º SALÁRIO: Assegura-se ao empregado, até 05 (cinco) dias após o seu retorno das férias, assim como nos casos de internamentos hospitalares comprovados do empregado, cônjuge ou filhos o recebimento da primeira parcela do 13º salário de que trata o artigo 2º da Lei nº 4.729/65, desde que este opte por tal recebimento, mediante formulário a lhe ser apresentado pelo EMPREGADOR, juntamente com o aviso de férias.

17.1 - O direito assegurado nesta cláusula não se aplica àqueles que tenham recebido a primeira parcela do 13º salário antes das férias.

17.2 - Caso o EMPREGADOR não apresente ao empregado o formulário de opção, nos termos previstos no "caput" desta Cláusula, a concessão do adiantamento será automática, salvo a hipótese prevista no parágrafo anterior.

17.3 - Os EMPREGADORES que já vêm praticando condições mais favoráveis aos empregados, em relação à antecipação da 1ª parcela do 13º salário, manterão tais condições.

CLÁUSULA 18ª - ASSENTOS NO LOCAL DE TRABALHO: Os SINDICATOS PATRONAIS recomendam aos EMPREGADORES, que, havendo condições técnicas e adequando-se à função do empregado, assegure-se, por ocasião da prestação de serviços, a utilização de assentos, nos momentos de pausa no atendimento ao público.

CLÁUSULA 19ª - MORA SALARIAL: - A remuneração deverá ser paga até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, aplicando-se uma multa de 15%, em caso de descumprimento do prazo, em favor do empregado, sem prejuízo da aplicação da pena prevista na parte final do art. 467 da CLT.

CLÁUSULA 20ª - VALES E ADIANTAMENTOS: - Os descontos por adiantamento salarial ou "vales", desde que não decorram dos adiantamentos normais quinzenais, somente terão validade, se os vales forem emitidos em 02 (duas) vias, uma das quais deverá permanecer em poder do empregado, contendo a importância antecipada, origem de pagamento e mês respectivo.

CLÁUSULA 21ª - EXAMES ADMISSIONAIS E DEMISSIONAIS – Faculta-se às empresas representadas pelos SINDICATOS PATRONAIS procederem aos exames admissionais e demissionais no Departamento Médico do SINDICATO PROFISSIONAL, mediante o pagamento de taxa a ser fixada pelo mencionado SINDICATO;

CLÁUSULA 22ª - SUBSTITUIÇÃO NÃO EVENTUAL: Ao empregado promovido se assegura salário adequado à nova função de maior responsabilidade.

CLÁUSULA 23ª - INTERRUPTÃO DO TRABALHO: - As interrupções do trabalho de responsabilidade do EMPREGADOR, por motivo fortuito ou força maior, não poderão ser descontadas ou compensadas posteriormente, sendo devido ao empregado o pagamento integral das horas inerentes a essas ocorrências.

CLÁUSULA 24ª - ACESSO DE DIRIGENTE SINDICAL: - Será permitido o livre acesso dos diretores e delegados sindicais aos locais de trabalho para afixação de aviso em quadro próprio do EMPREGADOR e por este mantido em local de visibilidade e acesso fácil, bem como a distribuição de todo material publicitário do SINDICATO PROFISSIONAL.

CLÁUSULAS 25ª - AFASTAMENTO DOENÇA E ACIDENTE: O empregado afastado do emprego, com percepção de auxílio-doença ou prestação de Acidente do Trabalho pela Previdência Social, por período de até 06 (seis) meses, não terá esse tempo deduzido para efeito de aquisição de férias e 13º salário, observado o disposto no artigo 131, inciso III, da CLT.

CLÁUSULA 26ª - SEGURO DE VIDA: O EMPREGADOR se obriga a manter seguro de vida para garantir a indenização nos casos de morte ou invalidez permanente, decorrente de assalto, consumado ou não, desde que no exercício das funções, em favor do empregado ou seus dependentes junto à Previdência Social, cuja indenização não poderá ser inferior a 20 (vinte) salários normativos admissionais da categoria comerciária.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica facultado ao EMPREGADOR que não mantiver o seguro de vida previsto no “caput” desta cláusula, pagar, diretamente, ao empregado ou a seus dependentes junto à Previdência Social a indenização ali indicada;

CLÁUSULA 27ª - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS INDIVIDUAIS – Tendo em vista o sucesso obtido pela Comissão de Conciliação Prévia implantada pelos SINDICATOS CONVENIENTES, a qual funciona diariamente, no horário das 08:00 às 18:00 horas, no EDIFÍCIO TABIRA, localizado na Avenida Conde da Boa Vista, nº 121, sala 1401, no bairro da Boa Vista, Recife, Pernambuco, e considerando que a solução extrajudicial dos conflitos individuais atende aos interesses tanto dos trabalhadores, como das empresas e da sociedade civil, reiteram os SINDICATOS PROFISSIONAL e PATRONAL que os seus representados devem tentar solucionar todas as suas demandas perante aquela Comissão de Conciliação Prévia.

CLÁUSULA 28ª - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER OU DE DAR: - Fica estipulada uma multa no valor de 20% (vinte por cento) do salário normativo admissional, pelo descumprimento das obrigações de fazer e dar, previstas nesta convenção, que será revertida em benefício do empregado prejudicado, e igual valor em benefício do SINDICATO PROFISSIONAL.

CLÁUSULA 29ª - REGULAMENTO INTERNO: - O EMPREGADOR se obriga a fornecer ao empregado, contra-recibo, cópia de regulamentos internos ou disciplinares, desde que os possuam.

CLÁUSULA 30ª - INDENIZAÇÃO ADICIONAL: - Considerando que o aviso prévio, sendo indenizado ou trabalhado, integra o tempo de serviço do empregado para todos os efeitos legais, será assegurada ao comerciário a indenização adicional, prevista no artigo 9º das Leis nºs. 6.708/79 e 7.238/84, ficando esclarecido que somente fará jus à referida indenização o comerciário que for comunicado pela empresa de sua demissão, sem justa causa, entre os dias 02 de maio de 2009 e 31 de maio de 2009, o que quer dizer que os empregados que forem comunicados da dispensa sem justa causa a partir do dia 1º de junho de 2009 não terão direito à indenização adicional de que trata esta cláusula.

CLÁUSULA 31ª - CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE: - Obriga-se o EMPREGADOR a fornecer aos comerciários os vales-transporte necessários e suficientes até o último dia útil da semana anterior ao da utilização, observando-se, quanto ao assunto, a regra prevista no artigo 9º do Decreto nº 95.247, de 17.11.1987.

CLÁUSULA 32ª - RELAÇÃO DE EMPREGADOS: Obrigam-se os EMPREGADORES a fornecer ao SINDICATO PROFISSIONAL, uma vez ao ano, e desde que por este requerido, relação de seus empregados admitidos e demitidos, com qualificação (nome completo, estado civil, função, CTPS, datas de admissão e demissão e endereço).

CLÁUSULA 33ª - SEGURO EM GRUPO: - Quando mantido o seguro de vida em grupo, afastando-se o comerciário por motivo de doença ou acidente de trabalho, ficará o EMPREGADOR responsável pelo pagamento dos prêmios de seguro, enquanto durar o afastamento.

CLÁUSULA 34ª - PRESTAÇÃO DE SOCORRO: - A remoção do comerciário acidentado, vítima de mal súbito ou parto, desde que no recinto de trabalho, será de inteira responsabilidade do EMPREGADOR, que providenciará, com urgência, transporte adequado para levar o mesmo até o local onde será atendido devidamente, bem como comunicará o fato aos familiares do empregado.

CLÁUSULA 35ª - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA: - Fica expressamente proibida a contratação de comerciários por experiência, quando comprovado, através de anotações em CTPS, que já trabalhou para o mesmo empregador anteriormente.

CLÁUSULA 36ª - AUXÍLIO-CRECHE: - Será providenciada a instalação de local destinado à guarda de crianças em idade de amamentação, quando existente no estabelecimento pelo menos 30 (trinta) mulheres maiores de 16 (dezesseis) anos, facultado o convênio com creches.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em cumprimento aos termos da Portaria nº 3.296, de 03.09.86, os EMPREGADORES poderão optar por cumprir a obrigação, mediante a concessão do abono correspondente a 50% do valor do salário mínimo, por cada filho, para fazer face às despesas que comprovadamente a empregada tenha de suportar com a guarda do filho, durante o período legal de amamentação (até o sexto mês de vida) e ficando esclarecido que a concessão do abono será devida após a volta ao trabalho e finda no sexto mês de vida do filho.

CLÁUSULA 37ª - GARANTIA À PATERNIDADE: - Fica assegurado ao comerciário que venha a se tornar pai, por ocasião do parto de sua esposa ou companheira, reconhecida pela Previdência Social, uma garantia ao emprego de 120 (cento e vinte) dias a partir do nascimento do filho, desde que apresente ao respectivo EMPREGADOR, até 60 (sessenta) dias do nascimento do filho, a respectiva Certidão de Nascimento e que a referida esposa ou companheira não exerça trabalho remunerado.

CLÁUSULA 38ª - ADOÇÃO DE MENORES: - Será assegurado aos comerciários, independentemente de sexo, na hipótese de adoção legal de filhos menores, uma garantia ao emprego equivalente a 120 (cento e vinte) dias a contar da data da comprovação junto ao respectivo EMPREGADOR, mediante o competente documento legal, estendendo-se a garantia aos pais de filhos excepcionais.

PARÁGRAFO 1º - À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, será concedida licença-maternidade nos termos do art. 392, observado o disposto no seu § 5º e de acordo com a seguinte gradação:

a)-No caso de adoção ou guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, o período de licença será de 120 (cento e vinte) dias.

b)-No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias.

c)-No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO 2º - A licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

CLÁUSULA 39ª - REPOSIÇÃO DE PERDAS SALARIAIS: - As empresas representadas pelos SINDICATOS PATRONAIS concederão a seus empregados um reajuste salarial, a partir de 1º (primeiro) de julho de 2008, mediante a aplicação do percentual de 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), calculado sobre os salários vigentes em julho de 2007, aí já considerado o reajuste previsto na Convenção Coletiva anteriormente vigente.

39.1 - O presente reajuste tem o caráter de transação livremente pactuada, baseada no permissivo constante do artigo 10 da Lei nº 10.192, de 14.02.2001, estendendo-se tal transação aos beneficiários do salário normativo admissional previsto na cláusula seguinte.

39.2 - A forma de reajuste pactuada nesta cláusula assegura compensação de todos os aumentos, reajustes, adiantamentos e abonos espontâneos ou compulsórios, concedidos após 1º de julho de 2007 e até 30 de junho de 2008, ressalvados os não compensáveis (término de aprendizagem; implemento de idade; promoção por antiguidade ou merecimento; transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade; e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado), definidos no item XII da Instrução nº 01/82 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, os quais deverão ser preservados;

39.3 - Aos empregados admitidos após 15 de julho de 2007, que não possuam paradigma e não recebam salário normativo admissional, será aplicável reajuste proporcional na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado, considerando-se mês a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, adotando-se como base de cálculo o percentual correspondente à diferença entre os salários de julho/2007 e junho/2008 dos empregados com mais de 01(um) ano de cada empresa. Encontrado esse percentual, divide-se o mesmo por 12 (doze), obtendo-se a proporcionalidade de 1/12 (um doze avos), a qual será aplicada de acordo com o número de meses trabalhados para o empregado novo sobre o seu salário de admissão.

39.4 - Assegura-se a aplicação de legislação específica superveniente mais benéfica não cumulativa.

CLÁUSULA 40ª - SALÁRIO NORMATIVO ADMISSIONAL: Fica estabelecido, a partir de 1º de julho de 2008, um salário normativo admissional para a categoria profissional, no valor de R\$ 505,00 (quinhentos e cinco reais), por mês.

PARÁGRAFO 1º - Para os novos empregados admitidos após o dia 1º de julho de 2008, o salário normativo admissional será de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), por mês, durante os primeiros 90 (noventa) dias de duração do respectivo contrato de emprego e, decorrido tal prazo, a eles se aplicará o salário normativo admissional previsto no "caput" desta cláusula (R\$ 505,00).

PARÁGRAFO 2º - As empresas se obrigam, durante os primeiros 90 (noventa) dias de duração dos contratos de emprego previstos no § 1º desta cláusula, a pagar ao SINDICATO PROFISSIONAL a importância de R\$ 15,00 (quinze reais), por mês, por cada trabalhador naquela situação, destinando-se tais importâncias ao Programa de Saúde Complementar do SINDICATO PROFISSIONAL, assegurando-se ainda àquele trabalhador o direito de usufruir das vantagens do referido Programa.

PARÁGRAFO 3º - Fica esclarecido que, se, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, o salário mínimo legal ultrapassar o salário normativo admissional previsto nesta cláusula, as empresas se obrigam a pagar aos empregados o salário mínimo legal.

PARÁGRAFO 4º: Obrigam-se as empresas a efetuar o recolhimento dos valores previstos no parágrafo anterior na tesouraria do SINDICATO PROFISSIONAL até o 10º dia do mês seguinte ao do desconto, sob pena de, não o fazendo, arcar com a multa no percentual de 5% (cinco por cento), durante os primeiros 30 (trinta) dias e, depois de decorrido tal prazo, além da multa, serão cobrados juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA 41ª - ADIANTAMENTO QUINZENAL: As empresas se comprometem a proceder a um adiantamento de salários quinzenal, mínimo de 40% (quarenta por cento), sendo que para os comissionistas o adiantamento será calculado com base em 60% (sessenta por cento) do salário normativo admissional previsto na cláusula anterior, preservadas as situações mais vantajosas hoje praticadas.

CLÁUSULA 42ª - RESCISÃO A PEDIDO: - O comerciário, com menos de 01 (um) ano de serviço, que rescindir espontaneamente o seu contrato de trabalho, terá direito a férias proporcionais, acrescidas de 1/3, bem como ao 13º salário proporcional.

CLÁUSULA 43ª - ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO: Aos empregados admitidos nas funções de outros empregados dispensados sem justa causa será garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar as vantagens pessoais.

CLÁUSULA 44ª - DESCONTO ASSISTENCIAL PATRONAL: Os EMPREGADORES associados dos SINDICATOS PATRONAIS, beneficiários da presente norma coletiva, recolherão, em favor dos referidos Sindicatos, para implementação de programas de desenvolvimento do comércio em geral e para atender às despesas oriundas da presente negociação coletiva (editais e publicações, honorários profissionais, assembleias gerais extraordinárias), a título de desconto assistencial, os seguintes valores: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) pelas empresas com até 05 (cinco) empregados e R\$ 7,00 (sete reais), por cada empregado, pelas empresas com mais de 05 (cinco) empregados, valores que deverão ser recolhidos ao respectivo SINDICATO PATRONAL até o 31 de agosto de 2008, devendo ser comprovados os recolhimentos perante o SINDICATO PROFISSIONAL, quando do segundo e último pagamento do desconto assistencial profissional, fixado na cláusula anterior, sob pena de, não o fazendo, arcar com a uma multa no percentual de 5% (cinco por cento), durante os primeiros 30 (trinta) dias e, depois de decorrido tal prazo, além da multa, serão cobrados juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA 45ª - DESCANSO E REFEIÇÕES: Serão mantidas pelos EMPREGADORES, em seus estabelecimentos com mais de 50 (cinquenta) empregados, instalações apropriadas para o trabalhador fazer suas refeições e usufruir do descanso diário regulamentar, sendo a dimensão de tal local proporcional ao número de empregados, a fim de propiciar o real cumprimento do ora disposto.

CLÁUSULA 46ª - FREQUÊNCIA EMPREGADO ESTUDANTE: Assegura-se a liberação do empregado estudante no turno em que for se submeter a exame escolar, sem prejuízo da remuneração, desde que 48 (quarenta e oito) horas antes seja pré-avisado o EMPREGADOR, o qual, nas convocações para trabalhos extraordinários, dará prioridade aos não estudantes.

CLÁUSULA 47ª - EMPREGADO EM VIAS DE SE APOSENTAR: - Fica assegurada a garantia ao emprego aos empregados, excetuados os exercentes de cargo de confiança, durante os 18 (dezoito) meses imediatamente anteriores à complementação do tempo de serviço mínimo para a aposentadoria, inclusive para a aposentadoria proporcional e para a aposentadoria especial, desde que o mesmo conte com mais de 05 (cinco) anos de serviços prestados ao mesmo EMPREGADOR, ficando garantido ainda ao empregado que conte com mais de 05 (cinco) anos de serviços no emprego e que faça optar, de forma voluntária, pela rescisão do seu contrato de trabalho, em razão de aposentadoria, uma gratificação, como forma de estímulo, no importe de 03 (três) salários normativos admissionais.

PARÁGRAFO ÚNICO: Assegura-se, ainda, aos empregados, nas condições descritas no "caput" desta cláusula, um acréscimo de garantia de 6 (seis) meses a cada 5 (cinco) anos de serviços adicionais prestados continuamente à mesma empresa.

CLÁUSULA 48ª - CIPA: Os EMPREGADORES comunicarão ao SINDICATO PROFISSIONAL as eleições da CIPA, com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 49ª - MORA RESCISÓRIA: - A inobservância do disposto no § 6º do artigo 477 da CLT sujeitará o infrator ao pagamento da multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário mensal, salvo quando, comprovadamente, o ex-empregado der causa à mora (redação do § 8º do artigo 477 da CLT).

CLÁUSULA 50ª - REMUNERAÇÃO MISTA: - Aos empregados que percebem salário misto, isto é, uma parte fixa e outra variável, a reposição de perdas e o reajuste salarial previsto na CLÁUSULA 39ª incidirão sobre a parte fixa do salário, garantido, no global, no mínimo, o salário admissional da categoria profissional.

CLÁUSULA 51ª - 13º SALÁRIO, FÉRIAS, INDENIZAÇÃO ADICIONAL E AVISO PRÉVIO DOS COMMISSIONISTAS: O cálculo das férias, da indenização adicional e do aviso prévio do empregado comissionista deverá ser efetuado pela média aritmética das 12 (doze) últimas comissões mensais, enquanto que o cálculo do 13º salário para o referido comissionista será feito pela média do respectivo ano.

CLÁUSULA 52ª - REPOUSO SEMANAL E FERIADOS DO COMMISSIONISTA: - Os repousos semanais remunerados e feriados dos empregados comissionistas serão calculados pela média diária das comissões percebidas no próprio mês de aferição.

CLÁUSULA 53ª - COMMISSIONISTAS - VENDAS A PRAZO: O empregado comissionista fica isento de qualquer responsabilidade pela inadimplência dos devedores do empregador, nas vendas a prazo, devolução de mercadorias pelo consumidor, não podendo perder suas comissões, desde que as vendas sejam efetivadas no cumprimento das normas estabelecidas pelo EMPREGADOR.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na hipótese de devoluções de mercadorias, as comissões ficam asseguradas, quando decorrentes de culpa do empregador, assim entendidas aquelas prescritas na Lei 80.778, de 11 de setembro de 1993 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA 54ª - QUEBRA-DE-CAIXA: - Fica garantida a gratificação quebra-de-caixa para aqueles empregados que exerçam o cargo de caixa, gratificação que será no importe de 10% do salário normativo admissional da

categoria, previsto na CLÁUSULA 40ª desta Convenção.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os empregados nas condições acima mencionadas deverão ter consignada em suas CTPS a referida função de caixa, bem como fica assegurado ao empregado que venha a exercer tal função eventualmente a remuneração do referido adicional de Quebra-de-Caixa proporcional ao número de dias que venha a exercê-lo.

CLÁUSULA 55ª - DESCONTOS SALARIAIS OU RESCISÓRIOS: Na forma do artigo 462 da CLT, além dos descontos legais compulsórios, ficam permitidos os descontos nos salários dos empregados das Empresas representadas pelos SINDICATOS PATRONAIS, desde que originários de Convênios Médicos; Odontológicos; Ambulatoriais e similares; Convênios com Farmácias; com Supermercados; com Óticas e com Comércio em geral; assim como os decorrentes de seguros em geral, inclusive os de seguros em grupo; mensalidades, contribuições e descontos sindicais; empréstimos pessoais, inclusive em consignação com entidades financeiras e os de quaisquer vendas realizadas pelos EMPREGADORES a seus próprios empregados, respeitado no total o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) dos salários líquidos pagos mensalmente, isto é, já deduzidos da parcela da contribuição da Previdência Social e do Imposto de Renda ou de até 01 (um) salário bruto na hipótese de rescisão contratual.

CLÁUSULA 56ª - DIVERGÊNCIAS E COMPETÊNCIA: As divergências que venham a ocorrer com referência à aplicação da presente convenção serão dirimidas em conciliação entre as partes interessadas envolvidas, por intermédio da Delegacia Regional do Trabalho em Pernambuco e, em última hipótese, pela Justiça do Trabalho, que será competente para inclusive conhecer e julgar a presente Convenção.

CLÁUSULA 57ª - GARANTIA AO EMPREGO APÓS LICENÇA-MÉDICA: É assegurada aos empregados uma garantia de emprego de 200 (duzentos) dias, a partir do seu retorno ao trabalho, quando forem submetidos a intervenção cirúrgica, com internamento hospitalar superior a 10 (dez) dias e ainda permaneçam em licença-médica do INSS por período igual ou superior a 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário.

CLÁUSULA 58ª - CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HIGIENE E SEGURANÇA: Os EMPREGADORES, além de outras regras de segurança legalmente previstas, observarão, especialmente, as seguintes:

1 - Os locais onde se encontrarem instalações sanitárias deverão ser submetidos a processo permanente de higienização, de sorte que sejam mantidos limpos e desprovidos de quaisquer odores, durante toda a jornada de trabalho;

2 - Os vasos sanitários deverão ser sifonados e possuir caixa de descarga automática externa de ferro fundido, material plástico ou fibro-cimento;

3 - Não serão permitidos aparelhos sanitários que apresentem defeitos ou soluções de continuidade que possam acarretar infiltrações ou acidentes;

4 - Os gabinetes sanitários deverão:

a) ser instalados em compartimentos individuais, separados;

b) ser ventilados para o exterior;

c) ter paredes divisórias com altura mínima de 2,10m e seu bordo inferior não poderá situar-se a mais de 0,15m acima do pavimento;

d) ser dotados de portas independentes, providas de fecho que impeçam o devassamento;

e) ser mantidos em estado de asseio e higiene e

f) possuir recipientes com tampa, para guarda de papéis servidos, quando não ligados diretamente à rede ou quando sejam destinados às mulheres.

5 - Água potável, em condições higiênicas, fornecida por meio de copos individuais, ou bebedouros de jato inclinado e guarda-protetora, proibindo-se sua instalação em pias e lavatórios e o uso de copos coletivos.

CLÁUSULA 59ª - ATESTADOS MÉDICOS PERIÓDICOS: Os EMPREGADORES se obrigam a custear os atestados médicos periódicos que forem necessários dos seus empregados.

CLÁUSULA 60ª - SERVIÇO MILITAR: Garante-se o emprego ao alistando, desde a data da incorporação no serviço militar e até 30 (trinta) dias após a baixa.

CLÁUSULA 61ª - EMPREGADO TRANSFERIDO: Aos empregados transferidos e sujeitos a mudança de domicílio, nos termos do art. 469 da CLT, fica assegurada garantia de emprego pelo prazo de 90 dias, a ter início no implemento da transferência, bem como a mesma sistemática de carga horária e sistemática de trabalho praticadas no Recife, de segunda-feira a sábado.

PARÁGRAFO ÚNICO: - Os EMPREGADORES não poderão promover alterações unilaterais nas condições de trabalho, prejudiciais ao empregado, nos termos do artigo 468 da CLT.

CLÁUSULA 62ª - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário:

l - até 02 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão, sogro, sogra ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência

economica;

II - até 03 (três) dias úteis consecutivos, em virtude de casamento;

III - por 01 (um) dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue, devidamente comprovada;

IV - até 02 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva;

V - no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra "c" do artigo 65 da Lei nº 4.375, de 17.08.1964 (Lei do Serviço Militar).

VI - por 01(um) dia no ano para o recebimento dos rendimentos do PIS, caso o EMPREGADOR não haja celebrado convênio para o pagamento na própria empresa, mediante comprovação pelo empregado.

CLÁUSULA 63ª - AUTENTICIDADE DAS NORMAS COLETIVAS: Serão admitidas como prova, tanto do empregado, como do empregador, perante a Justiça do Trabalho, as cópias, sem autenticação, das Convenções Coletivas de Trabalho, desde que não haja discussão sobre o conteúdo das aludidas cópias;

CLÁUSULA 64ª - RESCISÃO POR FALECIMENTO DO EMPREGADO: Na hipótese de falecimento do empregado, o SINDICATO PROFISSIONAL poderá homologar a rescisão, desde que seja comprovada a condição de dependente habilitado, através de declaração fornecida pela instituição de Previdência ou, se for o caso, pelo órgão encarregado, na forma da legislação própria, do processamento do benefício por morte, conforme disciplinado no artigo 2º, do Decreto nº 85.845, de 26 de março de 1981, que regulamenta a Lei nº 6858, de 24.11.1980.

CLÁUSULA 65ª - HORAS EXTRAS – As horas extraordinárias de todos os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho serão remuneradas com os seguintes adicionais, calculados sobre o valor da hora normal:

1º) 50% (cinquenta por cento) para as 02 (duas) primeiras horas extras prestadas no mesmo dia e

2º) 100% (cem por cento) para as horas extras que excederem de 02 (duas) horas extras prestadas no mesmo dia;

PARÁGRAFO ÚNICO: - Nos termos da Súmula nº 340 do Tribunal Superior do Trabalho, o empregado, sujeito a controle de horário, remunerado à base de comissões, já recebe a remuneração do trabalho extra, fazendo, porém, jus apenas ao adicional de 50% (cinquenta por cento) pelo trabalho realizado nas 02 (duas) primeiras horas extras prestadas no mesmo dia e de 100% (cem por cento) pelo trabalho realizado nas horas extras que excederem de 02 (duas) no mesmo dia, calculado sempre o referido adicional sobre o valor das comissões a elas referentes.

CLÁUSULA 66ª - TORNEIO DE INTEGRAÇÃO: - Fica facultada às empresas integrantes da categoria econômica a inscrição de seus respectivos times de futebol nos torneios de integração patrocinados pelo SINDICATO PROFISSIONAL e, sendo feita a inscrição, elas se obrigam a patrocinar os respectivos times, fornecendo, gratuitamente, padrão de camisas, chuteiras, transporte dos atletas e tudo o mais que for necessário à sua participação nos torneios.

CLÁUSULA 67ª - DESCONTO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL: A título de desconto assistencial, com destinação de manter equipamentos de lazer e serviços do SINDICATO PROFISSIONAL (médico, odontológico, laboratorial e jurídico), os EMPREGADORES abrangidos pela presente Convenção Coletiva procederão a descontos de todos os seus empregados associados ao SINDICATO PROFISSIONAL, beneficiários desta norma coletiva as importâncias de R\$ 10,00 (dez reais) na folha de pagamento do mês de julho de 2008 e de R\$ 10,00 (dez reais) na folha de pagamento do mês de agosto de 2008, recolhendo-as na Tesouraria do SINDICATO PROFISSIONAL até o 10º dia do mês seguinte ao do desconto, em favor do SINDICATO PROFISSIONAL, sob pena de, não o fazendo, arcar com uma multa no percentual de 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor corrigido.

CLÁUSULA 68ª - SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE JORNADAS (“BANCO DE HORAS”)

Visando à preservação dos níveis de emprego no setor, pactuam as partes a instituição do sistema de compensação de jornadas ou de horas de trabalho, nos termos do artigo 59 da CLT, o qual, porém, somente entrará em vigor com a celebração de Acordos Coletivos de Trabalho, com a participação obrigatória do SINDICATO PROFISSIONAL e do SINDICATO PATRONAL, ficando de logo ajustadas as regras que regerem tais Acordos Coletivos de Trabalho, que são as seguintes:

1.O sistema de compensação de horários de trabalho será adotado pelo período de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho;

2.A carga horária semanal de trabalho terá o limite máximo de 56 (cinquenta e seis) horas, com horário diário de, no máximo, 10 (dez) horas, sem prejuízo do disposto no parágrafo único da cláusula quinta desta Convenção Coletiva de Trabalho;

3.As horas trabalhadas em regime de compensação se darão na proporção de 01 (uma) hora trabalhada por 01 (uma) hora compensada;

4.Os empregadores comunicarão a seus empregados, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a realização do trabalho em horas excedentes da jornada normal, excetuadas as hipóteses de ocorrência de necessidade imperiosa de serviço, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou à conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto;

5.Fica ajustado que as compensações dos excessos de jornada deverão ser concentradas em dias inteiros de folga, sendo os trabalhadores informados por seus respectivos empregadores, por escrito, das compensações das horas trabalhadas, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, salvo acordo escrito entre o empregador e os seus trabalhadores;

6.As horas trabalhadas a serem compensadas serão registradas em cartões-de-ponto, respeitado ainda o

As horas trabalhadas e serem compensadas serão registradas em cartões-de-ponto, respeitado ainda o disposto na cláusula sétima desta Convenção Coletiva de Trabalho;

7.O saldo de horas creditadas e debitadas será fornecido, mensalmente, a cada trabalhador;

8.Em caso de rescisão do contrato de trabalho, por quaisquer de seus motivos, as horas trabalhadas não compensadas serão pagas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o valor da hora normal;

9.Ao final do semestre, será feito um acerto de contas do “Banco de Horas” e, havendo crédito do empregado, as horas devidas serão pagas com o acréscimo de 60% (sessenta por cento), incidente sobre o valor da hora normal, adicional aplicável, exclusivamente, no tocante a esta hipótese, enquanto que, havendo débito do empregado, a compensação será feita nos 180 (cento e oitenta) dias subseqüentes;

CLÁUSULA 69ª - AJUDA-ALIMENTAÇÃO NO P.AT. - Obrigam-se as empresas integrantes da categoria econômica a, até o 5º (quinto) dia do mês subseqüente ao vencido, fornecer a todos os seus empregados, excetuados os novos empregados de que trata o § 1º da cláusula 40ª desta Convenção Coletiva de Trabalho, a título de ajuda-alimentação, a importância de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), por mês, cujo pagamento se efetuará através de cheque-alimentação, tickets-refeição, cartão-alimentação ou qualquer outra designação equivalente.

PARÁGRAFO 1º - A ajuda-alimentação, de que trata o “caput” desta cláusula, não possui natureza salarial, não podendo se integrar ao salário para qualquer fim;

PARÁGRAFO 2º - A ajuda-alimentação acima referida poderá ser realizada através dos “Programas de Alimentação do Trabalhador – PAT”, previstos na Lei nº 6.321, de 14.04.1976, e no Decreto nº 5, de 14.01.1991.

PARÁGRAFO 3º - Ficam isentas da obrigação prevista nesta cláusula as empresas integrantes da categoria econômica que já forneçam ou venham a fornecer a alimentação aos seus empregados em valor igual ou superior ao previsto no “caput” desta cláusula.

PARÁGRAFO 4º - Ficam igualmente excluídas da obrigação prevista nesta cláusula as empresas integrantes da categoria econômica que forneçam cesta básica a seus empregados em valor igual ou superior ao fixado no “caput” desta cláusula.

PARÁGRAFO 5º - A obrigação de que trata o “caput” desta cláusula não será devida por ocasião das férias dos empregados, bem como nos períodos de licença-maternidade, mantida, porém, a obrigação do fornecimento da vantagem pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias para os empregados que estiverem em auxílio-doença.

CLÁUSULA 70ª - ABERTURA DO COMÉRCIO AOS DOMINGOS

70.1 Excetuadas as empresas abrangidas pela Lei nº 605, de 05.01.1949, que integrem a relação de atividades contempladas pelo artigo 7º do Decreto nº 27.048, de 12.08.1949, que regulamentou aquela lei, assim como as empresas do comércio atacadista de gêneros alimentícios da cidade do Recife, ficam assegurados às demais empresas representadas pelos SINDICATOS PATRONAIS o direito e a faculdade de abrirem seus estabelecimentos comerciais e praticarem vendas aos domingos, atendidas as exigências previstas na Lei 10.101/2000, com as alterações introduzidos pela Lei nº 11.603/2007.

70.2 Fica pactuado que as horas extras que forem prestadas em dias de domingo, serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

70.3 Sem prejuízo das demais vantagens asseguradas neste instrumento, pelo trabalho realizado nos domingos, será paga, até o início do dia de domingo que vier a ser efetivamente trabalhado pelo comerciário, uma ajuda-de-custo no valor de R\$ 8,00 (oito reais), ficando elucidado que esta ajuda-de-custo não constitui salário para nenhum fim de direito, visando apenas a ressarcir as despesas dos empregados que prestarem serviços nos de que trata esta Convenção Coletiva de Trabalho.

70.4 Garantem as empresas que funcionarem aos domingos o pagamento do vale-transporte correspondente àquele dia.

70.5 Os empregados que prestarem serviços em dias de domingo terão assegurada a sua folga na semana imediatamente posterior à da realização do trabalho.

70.6 O repouso semanal remunerado dos empregados que vierem a prestar serviços em dias de domingo deverá recair, pelo menos uma vez, no período de três semanas, em dia de domingo.

70.7 O SINDICATO PROFISSIONAL terá facultado, sem qualquer obstáculo, o direito de fiscalizar o cumprimento da presente Convenção Coletiva, por ocasião da abertura das empresas e seus estabelecimentos nos domingos, sendo a fiscalização procedida, conjuntamente ou em separado, entre as partes convenientes e os agentes fiscais do Ministério do Trabalho, previamente escalados pela Delegacia Regional do Trabalho.

70.8 Fica esclarecido que as normas previstas nos subitens desta cláusula não se aplicam às empresas que celebraram Acordos Coletivos de Trabalho com o SINDICATO PROFISSIONAL, prevalecendo, portanto, as regras daqueles Acordos Coletivos de Trabalho sobre as estipulações desta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA 71ª - ABERTURA DE FERIADOS

71.1 Excetuadas as empresas abrangidas pela Lei nº 605, de 05.01.1949, que integrem a relação de atividades contempladas pelo artigo 7º do Decreto nº 27.048, de 12.08.1949, que regulamentou aquela lei, assim como as empresas do comércio atacadista de gêneros alimentícios da cidade do Recife, ficam assegurados às demais

empresas representadas pelos SINDICATOS PATRONAIS o direito e a faculdade de abrirem seus estabelecimentos comerciais e praticarem vendas, única e exclusivamente, nos feriados dos dias 07 de setembro de 2008; 12 de outubro de 2008; 02 de novembro de 2008; 15 de novembro de 2008; 08 de dezembro de 2008 e

21 de abril de 2009, obedecidos os termos da Lei 10.101/2000, com as alterações introduzidos pela Lei nº 11.603/2007.

71.2 Fica pactuado que o horário de abertura dos feriados, para os estabelecimentos comerciais do comércio em geral, será das 09:00 horas às 17:00 horas, excetuado o feriado do dia 08 de dezembro de 2008, cujo horário será das 09:00 horas às 19:00 horas, ficando facultado, após o fechamento das portas dos estabelecimentos, o atendimento ao público consumidor que se encontrar no seu interior e, com relação aos estabelecimentos comerciais situados nos Shoppings Centers localizados na cidade do Recife, o horário de abertura dos ditos feriados será das 12:00 horas às 20:00 horas, excetuado o feriado do dia 08 de dezembro de 2008, cujo horário será das 10:00 horas às 22:00 horas, ficando também garantido o atendimento ao público consumidor que se encontra no interior do estabelecimento, ficando esclarecido que as horas que excederem as da jornada normal, que não poderá ultrapassar de uma hora extraordinária por dia, será remunerada com adicional de 200% sobre a hora normal.

71.3 Sem prejuízo das demais vantagens asseguradas neste instrumento, pelo trabalho realizado nos feriados referidos nesta cláusula, será paga aos empregados que efetivamente trabalharem naqueles feriados e até o início do trabalho naqueles dias, uma ajuda-de-custo no valor de R\$ 8, 00 (oito reais), ficando elucidado que tal ajuda-de-custo não constitui salário para nenhum fim de direito, visando apenas a ressarcir as despesas dos empregados que prestarem serviços nos aludidos feriados.

71.4 As empresas e seus respectivos estabelecimentos, que venham, a seu critério, a funcionar nos feriados previstos nesta cláusula, se obrigam a recolher, a título de encargo operacional sindical, em favor do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DO RECIFE, quantia equivalente a R\$ 4,00 (quatro reais), por cada empregado que vier a trabalhar efetivamente nos feriados previstos nesta cláusula, pagamento que deverá ser efetuado na Tesouraria do referido Sindicato, localizada na Rua da Imperatriz, nº 67, 3º andar, Recife, PE, impreterivelmente até às 20:00 horas dos dias que antecederem os ditos feriados.

71.5 As empresas e seus respectivos estabelecimentos, que venham, a seu critério, a funcionar nos feriados de que trata esta cláusula, se obrigam a fornecer o vale-transporte relativamente àqueles dias.

71.6 As empresas que procedam à abertura de seus estabelecimentos, sem cumprimento das disposições ora acordadas, independentemente do cumprimento das disposições da presente Convenção Coletiva, arcarão com a multa de um piso salarial por trabalhador prejudicado e em benefício do mesmo e outra igual multa, no mesmo número de trabalhadores prejudicados, em favor do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO RECIFE, isto sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais.

71.7 Obrigam-se as empresas, em qualquer circunstância, a exibir, a qualquer momento que lhes seja solicitado, o comprovante de recolhimento do encargo operacional sindical ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO RECIFE.

71.8 As empresas, sem qualquer exceção, se obrigam a adotar frequência dos empregados (cartão de registro mecânico, livro-de-ponto, folha-de-ponto, cartão-de-ponto), que trabalharem nos feriados de que trata esta cláusula, para as necessárias constatações pelo SINDICATO PROFISSIONAL ou pela fiscalização do Ministério do Trabalho.

71.9 O SINDICATO PROFISSIONAL terá facultado, sem qualquer obstáculo, o direito de fiscalizar o cumprimento da presente Convenção Coletiva, por ocasião da abertura das empresas e seus estabelecimentos nos feriados previstos nesta cláusula, sendo a fiscalização procedida, conjuntamente ou em separado, entre as partes convenientes e os agentes fiscais do Ministério do Trabalho, previamente escalados pela Superintendência Regional do Trabalho;

71.10 Fica assegurado, exclusivamente aos empregados que percebem SALÁRIO FIXO, que prestarem serviços nos feriados referidos nesta cláusula, a percepção de diária, com acréscimo de 100% (cem por cento), ou seja, 01 (uma) diária a mais, a ser paga nas folhas de pagamento correspondentes ao mês em que houver trabalho no feriado.

71.11 Fica esclarecido que os trabalhadores que prestarem serviços nos feriados referidos nesta cláusula, terão assegurada 01 (uma) FOLGA COMPENSATÓRIA, a ser concedida impreterivelmente até 30 (trinta) dias após a data de cada feriado trabalhado.

E, por terem assim pactuado, firmam o presente instrumento de Convenção Coletiva, em 03 vias de igual teor e para um só fim de direito, ficando uma delas para registro e arquivo na DRT/PE, uma para o SINDICATO PROFISSIONAL, uma para os SINDICATOS PATRONAIS, extraindo-se tantas vias quantos forem os SINDICATOS PATRONAIS.

Recife,

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO RECIFE
CNPJ: 10.909.240/0001-67
Severino Ramos de Santana; CPF 084.033.174-68 – Diretor Presidente

SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DO RECIFE
CNPJ: 08.142.747/0001-96
Frederico Penna Leal; CPF 141.357.954-04 - Presidente

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS DE PERNAMBUCO
CNPJ: 04.500.004/0001-00

CNPJ: 24.568.081/0001-99

Marcos Antônio Barbosa; CPF 016.685.524-34 - Presidente

SINDICATO COMÉRCIO VAREJISTA MATERIAL ELÉTRICO E APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS DO RECIFE

CNPJ: 08.142.739/0001-40

José Stélio Soares; CPF 003.877.894-72 – Presidente

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE PE

CNPJ: 24.392.409/0001-69

José Cláudio Soares; CPF 011.896.709-68 - Presidente

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MAQUINISMO, FERRAGENS E TINTAS DE PERNAMBUCO

CNPJ: 08.143.331/0001-92

Celso Jordão Cavalcanti; CPF 138.593.074-87 - Presidente

SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE DROGAS E MEDICAMENTOS DO RECIFE

CNPJ: 11.014.933/0001-54

Jorge Alexandre Soares da Silva; CPF 585.714.504-04 - Presidente

COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO DA CATEGORIA PROFISSIONAL:

Edmundo José de Araújo (ESPLANADA)

Washington Aquino de Miranda (CASAS JOSÉ ARAÚJO)

Manoel Augusto da S. Filho (MAKRO)

Sérgio Gomes de Santana (EXÓTICA)

Claudete Gomes da Silva (LOJAS MARISA)

José Severino de Moura (ESPOSENDE)

Severino Ramos de Santana (TECIDOS CARDOSO S/A)

Lenilson Bernardino Sena (ESPOSENDE)

Edilson Raimundo da Silva (LOJAS ARAPUÁ)